

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO N ° , DE 2012

(da Sra. Perpétua Almeida, da Sra. Luciana Santos e da Sra. Jô Moraes)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Ciências e Tecnologia, Comunicação e Informática, para debater a Ciência Antártica na qual se encontra o Programa Antártico.

Senhora Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Art.117, inciso VIII, combinado com Art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, após ouvido o Plenário desta Comissão, realização de audiência pública conjunta com a COMISSÃO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCTCI para debater a Ciência Antártica na qual se encontra o Programa Antártico. Para tal fim propomos convidar os representantes abaixo relacionados:

- Senhor Marco Antonio Raupp - Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Professor Jefferson Cardia Simões – PhD em Estudos Polares (Glaciologia) pelo Instituto de Pesquisas Polares Scott, Universidade de Cambridge, Inglaterra e Delegado brasileiro no Comitê Científico Internacional de Pesquisa Antártica.
- Professora Yocie Yoneshigue Valentin – Doutora pela Universidade de Marseille II, França e Coordenadora Geral do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Antártico de Pesquisas Ambientais.
- Senhor José Retamales Espinoza – PhD – Diretor do Instituto Antártico Chileno e Ex-presidente do Conselho de Gestores de Programas Nacionais Antárticos.

JUSTIFICATIVA

O TRATADO DA ANTÁRTICA, originalmente pactuados pelos governos da Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, França, Japão, Nova Zelândia, Noruega, África do Sul, União Soviética, Reino Unido e Estados Unidos, foi assinado em 1º de dezembro de 1959, e ao longo dos seus 14 artigos consagraram princípios como: a liberdade para a pesquisa científica, a cooperação internacional para este fim e a utilização pacífica da Antártica, proibindo expressamente a militarização da região e sua utilização para explosões nucleares ou como depósito de resíduos radioativos.

O Brasil aderiu ao tratado em 16 de maio de 1975, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 56, de 29 de junho de 1975 e promulgado pelo Decreto nº 75.963, de 11 de julho de 1975. Mas só obteve o reconhecimento internacional, como Parte Consultiva do Tratado da Antártica, em 12 de setembro de 1983. Para tanto foi criado o Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR, em janeiro de 1982. Este programa tem a atribuição de planejar e executar as atividades logísticas e científicas, e tem contribuído sobremaneira para o desenvolvimento da ciência antártica. Dessa forma em 6 de fevereiro de 1984, foi inaugurada a Estação Antártica Comandante Ferraz - EACF, e assim consolidar definitivamente a presença brasileira na Antártica.

Como é do conhecimento geral, o PROANTAR sofreu um grande golpe. No dia 25 de fevereiro de 2012, a Estação Antártica Comandante Ferraz foi quase destruída por um incêndio e como fatalidade do acidente, foi confirmada a morte de dois militares brasileiros, o suboficial **Carlos Alberto Vieira Figueiredo** e primeiro-sargento **Roberto Lopes dos Santos**. Tendo ainda ferido gravemente o primeiro-sargento **Luciano Gomes Medeiros**. As primeiras avaliações foram de que aproximadamente 70% das instalações da Estação Comandante Ferraz foram atingidas pelo fogo. O prédio principal e alguns laboratórios de pesquisas foram completamente destruídos pelo incêndio.

É bem verdade que a pesquisa científica na Antártica não se resume a estação. É bem maior, uma vez que já existem dados coletados e guardados, que podem ser utilizados para a continuação do programa. Em todo caso, não deixa de ser uma perda e um grande prejuízo, científico e tecnológico, que podem comprometer e atrasar o desenvolvimento de pesquisas na Antártica.

O Brasil ainda investe pouco em pesquisa científica na Antártica, e como sexta potência econômica mundial deveria assumir suas responsabilidades e garantir a imediata

reestruturação da base para retomar o mais breve possível as pesquisas. Este tema é tão importante que conta com uma Frente Parlamentar de Apoio ao Programa Antártico, no Congresso Nacional.

São programas como o PROANTAR que permitem estudar os impactos das mudanças ambientais na Antártica e suas consequências para as Américas, inclusive a Amazônia. Foram em estações como a Comandante Ferraz que foi detectado o aumento da temperatura global, o efeito estufa, o aumento do buraco da camada de ozônio e o aumento do nível dos oceanos. Portanto discutir o Programa Antártico Brasileiro é de fundamental importância, tanto para a ciência como para a humanidade, e o Brasil não pode se esquivar dessa responsabilidade.

Ante o exposto e por considerar o assunto de relevante interesse público e atinente a esta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, achamos por bem convidar as autoridades supracitadas para debater a Ciência Antártica na qual se encontra o Programa Antártico. Dessa forma solicitamos o apoio dos ilustres pares na aprovação deste requerimento.

Sala da comissão, de março de 2012.

Deputada PERPÉTUA ALMEIDA
PCdoB-AC

Deputada LUCIANA SANTOS
PCdoB-PE

Deputada JÔ MORAES
PCdoB-MG

Deputada JAQUELINE RORIZ
PMN-DF